



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640136 - SP (2021/0013293-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILSON GUILHERME DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILSON GUILHERME DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado n. 0006794-61.2020.8.26.0026).

O juízo de primeiro grau, ao analisar o pedido de retificação de cálculos para a progressão de regime, entendeu que o paciente, em cumprimento de pena por crime considerado hediondo, deveria resgatar 2/5 e não 3/5 da reprimenda para poder ter direito à benesse.

A decisão foi reformada em agravo, conforme a seguinte ementa (fl. 20):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - Pleito ministerial de afastamento da aplicação de lei penal mais benéfica e, via de consequência, retificação do cálculo das penas para constar a exigência do cumprimento de 3/5 (ou 60%) da sanção para progressão de regime - Sentenciado reincidente. Desnecessidade de reincidência específica. Precedentes deste E. Tribunal - Agravo provido para determinar a elaboração de novo cálculo de penas.

O impetrante sustenta que a interpretação correta do art. 112 da LEP, alterado pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), deve ser no sentido de que exigir do apenado o cumprimento de 3/5 para a progressão prisional apenas se a reincidência for específica, ou seja, a condenação anterior for por crime hediondo. Se, como na espécie, a primeira condenação é por delito comum, o lapso temporal a exigir é o de 2/5.

Requer, liminarmente, seja adotada a fração de 2/5. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao

processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência